

Representações sociais e percepções intergrupais

As pesquisas apresentadas neste texto situam-se no quadro de uma articulação entre identidade social, relações intergrupais e representações sociais. Esta articulação é importante para a compreensão da formação e da dinâmica de dois tipos particulares de representações sociais — as representações sociais polémicas, que ancoram no conflito implícito ou explícito entre grupos sociais, e as representações sociais emancipadas, que ancoram nas relações de cooperação entre grupos sociais. Uma tal articulação pode contribuir igualmente para uma melhor compreensão das relações entre grupos.

É verdade que diversas pesquisas realizadas no quadro do paradigma aberto pela teoria da identidade social (Tajfel, 1972 e 1982) consideram que as representações sociais desempenham um papel nas interacções entre grupos. No entanto, os autores referem-se a um tipo particular de representações, as que respeitam aos traços ou atributos personológicos que definem os membros de um grupo, ou seja, os estereótipos. Pouca atenção foi dada aos valores percebidos como distintivos de um grupo, às crenças que lhe servem de razão de ser ou, mais especificamente, às representações que os grupos criam sobre os objectos relevantes para o seu campo de acção e que são objecto de polémica ou cooperação social. Do mesmo modo, a pesquisa sobre o preconceito intergrupar centrou-se sobre os estereótipos enquanto fonte principal das atitudes negativas face a um grupo (e. g., Insko e Stroebe, 1989, e Leyens *et al.*, 1996). No entanto, uma teoria já antiga colocou a hipótese de que seria a percepção da dissemelhança de valores e crenças que estaria na base dos preconceitos. Refiro-me à teoria da congruência de crenças proposta por Rokeach (1960). A hipótese de Rokeach suscitou, contudo, controvérsia. Por exemplo, a pesquisa que inspirou dentro do quadro da SIT (teoria da identidade social) parece mostrar que, contrariamente àquilo que propunha Rokeach,

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

quanto maior a semelhança percebida entre o endogrupo¹ e o exogrupo, maior a discriminação face ao exogrupo (para uma revisão, v. Roccas e Schwartz, 1993). Mais recentemente, Sears (1988) propôs que o racismo actual seria menos explicado por traços estereotípicos do que pela percepção da ameaça que um exogrupo representa para os valores do endogrupo. Dentro da mesma ordem de ideias, DeRidder e Tripathi (1992) consideraram que a percepção da violação das normas do endogrupo pelo exogrupo é um preditor da discriminação do exogrupo. Paralelamente às teorias sobre as relações entre grupos, Zanna *et al.* (1990) propõem que a atitude de um indivíduo face aos membros de um grupo não depende apenas das emoções e dos estereótipos que este lhes atribui, mas também da percepção que tem da ameaça que esse grupo constitui para as crenças simbólicas, quer dizer, os valores e objectivos de vida prosseguidos por esse indivíduo. No seu conjunto, as pesquisas inspiradas pela hipótese de Zanna *et al.* tendem a confirmá-la (Haddock *et al.*, 1994).

Consequentemente, estudar as relações entre grupos ou, mais especificamente, os conflitos étnicos, os comportamentos relativamente às vítimas de exclusão social, os conflitos entre grupos nos contextos organizacionais, etc., somente ou sobretudo a partir dos estereótipos mútuos será insuficiente. Os grupos elaboram sistemas de pensamento complexos sobre os grupos, que será pertinente integrar na análise da percepções intergrupais. Nesta perspectiva, não apenas os estereótipos, mas também as representações sociais relativas a «qualquer objecto de conhecimento que se reveste de uma certa importância nas relações que ligam os agentes sociais» (Doise, 1985, p. 249), entre os quais os valores sociais, devem ser introduzidos na análise das relações entre grupos. Esta articulação entre RS (representações sociais) e relações entre grupos pode ser perspectivada no quadro da análise do processo de ancoragem das RS, e considerando os dois níveis de análise deste processo (Moscovici, 1961/1976).

IDENTIDADES SOCIAIS, RELAÇÕES INTERGRUPAIS E ANCORAGENS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Num primeiro nível de análise, a ancoragem das RS refere-se ao papel das RS enquanto âncoras que apoiam a construção de categorias identitárias, de clivagens sociais e de posições sociais. Neste sentido, as RS encontram-se a montante das identidades sociais e das relações entre grupos. De facto, as pesquisas sobre a construção de categorias sociais não têm ignorado o papel que as RS desempenham na sua produção, assim como na sua saliência em contextos sociais específicos (para uma revisão, Corneille e Leyens, 1994). O estudo

¹ A tradução de *ingroup* e *outgroup* não se encontra ainda fixada na literatura psicossociológica nacional. Traduzimos aqueles termos por endogrupo e exogrupo, no seguimento da tradução recentemente adoptada nos países de língua francesa (*endogroupe*; *exogroupe*) (e. g., Bourhis e Leyens, 1994) e em Espanha (e. g., Morales *et al.*, 1994).

de Moscovici (1961) sobre a representação da psicanálise oferece diversos exemplos a este respeito, e o trabalho seminal de Bruner (1957) sobre a categorização e a percepção seria, *avant la lettre*, um trabalho sobre os «metassistemas de pensamento e regulação social» (Doise, 1993; Moscovici, 1976) na construção das categorias sociais. No quadro deste primeiro nível de análise do processo de ancoragem, formulámos a hipótese segundo a qual as representações sobre a estrutura social (e. g., Augoustinos, 1991), ou a estrutura social na consciência social (Ossowski, 1959), ou ainda «as cartas mentais sobre a cena social» (Martin, 1959), são mediadoras de categorias identitárias, hipótese que recebeu algum apoio empírico (Vala, 1992).

Num segundo nível de análise do processo de ancoragem, no qual nos situamos dentro desta pesquisa, referimo-nos às âncoras necessárias ao processo de construção das RS, entre as quais as identidades sociais. Neste nível de análise, a tipologia das RS proposta por Moscovici (1988) oferece perspectivas que permitem captar a pluralidade de ancoragens das RS.

No caso das RS *hegemónicas*, ou RS *colectivas* segundo Durkheim (1898), podemos supor que têm o seu ponto de ancoragem sobretudo nas crenças e valores largamente difundidos, indiscutíveis, coercivos e que se referem à natureza do homem e à natureza da ordem social. Lembremos, a este propósito, dois «princípios naturais» geradores de representações sociais hegemónicas: a norma da internalidade (Beauvois e Dubois, 1988) e a metáfora orgânica. A norma da internalidade refere o facto de as explicações personológicas sobre comportamentos serem mais valorizadas nas nossas sociedades do que as explicações situacionais ou sócio-estruturais. A metáfora orgânica veicula uma representação ideal da sociedade a partir de uma ordem social hierárquica, onde a harmonia implica desigualdade, tal como as funções naturais, hierarquizadas e não permutáveis das diferentes partes do corpo humano asseguram o seu funcionamento harmónico.

As RS *emancipadas*, por sua vez, reflectem as experiências de cooperação entre diferentes grupos sociais. Como nota Moscovici (1988) a propósito das RS sobre a doença mental (Jodelet, 1989), as RS emancipadas resultam da comunicação que atravessa diferentes grupos, ancoram numa memória e numa experiência partilhadas, nas actividades de coordenação social entre grupos, e não são nem coercivas nem indiscutíveis.

Finalmente, as RS *polémicas* são por definição geradas no decurso dos conflitos sociais, e a sua ancoragem faz-se em grupos antagónicos. As RS polémicas situam-se, assim, a jusante da organização simbólica da estrutura social pelos indivíduos. Elas ancoram nas identidades sociais e nas relações conflituais entre grupos. A pesquisa de DiGiacomo (1980) sobre um movimento de protesto de estudantes pode ilustrar este tipo de RS.

Uma análise multidimensional das identidades sociais, assim como a compreensão das relações entre os grupos, não podem, pois, deixar de ter em conta as RS (e. g., Wagner e Elejebarría, 1994, Breakwell, 1993, Amâncio, 1993, e Millward, 1995). Mas para compreender o funcionamento das RS, nomea-

damente das RS polémicas, é necessário ancorá-las nos fenómenos identitários e nas relações entre grupos (Lima, 1995; Vala e Amâncio, 1995; Poeschl, 1994; Vala, 1989; Echebarria *et al.*, 1992; Wagner, 1995).

Neste contexto, lembremos um certo número de hipóteses, provenientes de diferentes posições teóricas (Tajfel, 1972; Turner *et al.*, 1987; Doise, 1976; Moscovici, 1988), que estão na base do nível de análise no qual situamos a articulação entre identidade social e RS.

A identidade social pode ser concebida como decorrendo da resposta que os indivíduos se dão à interrogação seguinte: «Quem sou eu?» Ora, uma vez que a percepção da realidade social se faz através da organização dos seres humanos em grupos ou categorias, é provável que uma parte da resposta a esta questão provenha de uma associação entre o eu e diversas categorias sociais. Este processo de associação do eu a uma categoria social, quer dizer, o processo de autocategorização social, e a identidade que dele decorre são determinados tanto por factores sócio-estruturais como por fenómenos de comunicação, de aprendizagem e de reflexividade. Contudo, uma vez associado o eu à pertença a uma categoria ou grupo social, os indivíduos levantam uma nova questão: «O que significa pertencer a este grupo?» A resposta a esta questão envolve actividades de comunicação através das quais são aprendidas ou criadas normas, símbolos, crenças e valores que tornam distintos os grupos que os indivíduos associaram à sua auto-imagem daqueles que eles dissociaram dessa mesma auto-imagem. Mas, porque estas normas, valores ou símbolos são o produto de uma comunicação real ou imaginária entre membros de uma categoria social, eles não relevam da simples reflexividade individual, mas de uma reflexividade grupal. Essas normas e crenças são integradas na construção da auto-imagem, na construção dos atributos que definem os membros do endogrupo e do exogrupo, na construção de uma visão partilhada do meio envolvente e na visibilidade da diferença dos outros grupos. Neste sentido, os membros de um grupo constroem e partilham não somente representações sociais sobre os atributos e traços de personalidade que definem os membros do seu grupo e de outros grupos (os estereótipos), mas também representações sociais de objectos ligados às actividades de «locomoção» dos grupos, de que os valores grupais são uma das expressões.

Em caso de conflito intergrupar explícito ou de procura de simples diferenciação intergrupar, estas representações podem ser entendidas como um caso particular das *representações sociais polémicas*, uma vez que os atributos e valores dos grupos se tornam objectos de polémica intergrupar. Em caso de cooperação intergrupar, os grupos partilham significados, interpretações e símbolos e as representações que constroem, entre as quais aquelas que constroem sobre si próprios e sobre os grupos com quem interagem, podem ser chamadas *representações sociais emancipadas*. Finalmente, como acontece com qualquer experiência humana, estas actividades de construção de um sentido partilhado ou diferenciado e a experiência de associação do

eu a um grupo são acompanhadas de *emoções*. Conhecimentos e emoções são objecto de julgamentos avaliativos, o que significa que os conhecimentos e emoções construídos no seio dos grupos não são apenas descritivos, mas também avaliativos, ou seja, mobilizam *atitudes*.

GRUPOS SOCIAIS E IDENTIDADES SOCIAIS

A compreensão das pesquisas que vamos apresentar supõe ainda que se refira sumariamente o nosso entendimento sobre os três conceitos nucleares que ela mobiliza: representação social, grupo e identidade social. O conceito de representação social é aqui tomado na acepção que dele propôs Moscovici (1961/1976), e tal como já o apresentámos noutros trabalhos (e. g., Vala, 1993). A forma como concebemos a dinâmica das relações entre as identificações grupais e a construção da identidade social foi apresentada nos parágrafos anteriores. Contudo, entendemos necessário propor alguns esclarecimentos complementares sobre o conceito de grupo.

Embora simplificando, podemos dizer que existem duas grandes tradições na conceptualização do grupo em psicologia social. Numa primeira tradição, um grupo supõe alguma forma de interdependência funcional entre os seus membros e alguma estrutura interna, representada pela diferenciação de papéis, estatutos, etc. (e. g., Deutch, 1949, e Sherif, 1966). Foi no quadro desta primeira tradição que se desenvolveu nos anos 50 e 60 a pesquisa sobre os grupos em que existem relações *face a face* (e. g., Bales, 1950, e Shaw, 1976). Numa segunda tradição de pesquisa, mais recente, o conceito de grupo surge associado ao processo de categorização social (representação cognitiva da estrutura social em grupos ou categorias) e ao processo de autocategorização (representação cognitiva do posicionamento do eu nos grupos ou categorias sociais) (Tajfel, 1972; Turner *et al.*, 1987).

No quadro desta nova perspectiva, Brown (1988) propõe a seguinte definição de grupo: um grupo existe quando dois ou mais indivíduos se percebem como membros da mesma categoria social e quando a existência dessa categoria é reconhecida por pelo menos um outro exterior a essa categoria. Esta definição associa a criação de um grupo a processos sócio-cognitivos, nomeadamente ao processo de categorização, propõe que um grupo existe apenas em relação a outro grupo e permite abranger no conceito de grupo quer categorias sociais alargadas (categorias sócio-profissionais, de género, etnia, nação etc.), quer pequenos grupos (família, grupos de trabalho, etc.). A objectivação de um grupo no quadro desta definição é um processo que resulta simultaneamente de factores internos ao grupo (autocategorização) e de factores externos ao grupo (heterocategorização). As estruturas grupais, a coesão grupal, as normas e valores distintivos dos grupos, são, nesta perspectiva, consequências da categorização, mais do que antecedentes da categorização. Foi no quadro deste conceito de grupo que se desenvolveram duas teorias largamente difundidas e

testadas sobre a articulação entre as pertenças grupais e as identidades sociais: a teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1986) e a teoria da autocategorização (Turner *et al.*, 1987).

Apesar de este nosso trabalho não visar testar hipóteses directamente decorrentes destas teorias e de estarem disponíveis boas revisões de literatura sobre elas (e. g., Abrams e Hogg, 1990, e Correia, 1995), vale a pena enunciar aqui os aspectos que lhes são comuns: as categorias sociais a que cada um pensa pertencer geram informação sobre o que cada um é; cada pertença categorial corresponde a uma dimensão da identidade social que descreve e prescreve atributos pessoais, atitudes e normas comportamentais; as comparações intergrupais são regidas por um princípio motivacional que visa assegurar uma identidade social positiva. Por outro lado, um dos aspectos desenvolvidos pela teoria da autocategorização refere-se à saliência contextual de uma das diferentes dimensões da identidade social. Esta teoria propõe que a saliência é orientada por princípios cognitivos e por um princípio motivacional. Os princípios cognitivos são, por um lado, a *acessibilidade*, ou disponibilidade no sistema cognitivo de uma dada categoria, e, por outro lado, a sua *adequação* ao contexto. Quanto ao princípio motivacional, a hipótese é a de que a categoria mais saliente num dado contexto será aquela que for mais favorável à conceptualização do eu nesse contexto.

Na primeira pesquisa que se apresenta, a hipótese de partida é a seguinte: uma vez activada, num contexto dado, uma identidade social (a pertença a um endogrupo relevante) e uma categoria de pertença antagonista (exogrupo), os indivíduos não só activam e avaliam representações sobre os estereótipos que definem os membros do endogrupo e os membros do exogrupo, e reagem emocionalmente aos membros desses grupos, mas activam e avaliam igualmente representações sobre os objectos que definem o espaço de vida dos grupos, nomeadamente sobre os valores que caracterizam a sua acção. Nesta perspectiva, o objectivo é mostrar que os estereótipos não são a única dimensão das representações sociais presentes nas percepções intergrupais. Examina-se assim a dinâmica própria destas duas dimensões das RS polémicas (estereótipos e valores) e o seu papel específico na formação de atitudes positivas face a um endogrupo e de atitudes negativas face a um exogrupo.

Na segunda pesquisa, os resultados do estudo precedente são retomados a fim de mostrar que a saliência e a valência das representações grupais dependem do modo como os membros de um grupo percebem as relações com o exogrupo (interdependência positiva ou negativa). Se as relações são percebidas como de interdependência negativa, as representações assumem um carácter sobretudo polémico; se, pelo contrário, são percebidas como marcadas pela interdependência positiva, as representações geradas pelos grupos sobre os grupos serão menos distintivas, correspondendo ao que designámos por RS emancipadas.

1. PRIMEIRA PESQUISA: ANCORAGEM GRUPAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS POLÉMICAS E ATITUDES INTERGRUPAIS

Os objectivos desta pesquisa são os seguintes: analisar a valência dos valores percebidos como distintivos de grupos antagonistas relativamente à valência das emoções e dos estereótipos; determinar o impacto do grau de identificação com o endogrupo e do grau de rejeição do exogrupo nas valências daquelas dimensões de representação dos grupos; determinar o peso relativo dos estereótipos e dos valores na formação da atitude face a um endogrupo e a um exogrupo.

Nas abordagens dimensionais da identidade social e da percepção dos grupos podemos considerar as três dimensões estabelecidas por Tajfel (1972) e empiricamente analisadas por Condor, Brown e Williams (1987): uma dimensão cognitiva, ligada ao conhecimento da pertença a um grupo; uma dimensão emocional, ligada aos afectos decorrentes da pertença grupal; uma dimensão avaliativa, ligada à valorização de que é objecto o grupo. Por seu turno, Doise (1976), numa perspectiva mais estrutural e menos descritiva, distingue o nível avaliativo, o nível representacional e o nível comportamental das relações entre grupos. Nesta pesquisa consideram-se as dimensões seguintes na relação de um indivíduo com um grupo que esse indivíduo integrou na sua identidade social e com um grupo do qual a dissociou: o grau de identificação/rejeição; a valência das emoções associadas ao grupo; a valência das representações sociais que definem o grupo; a atitude face ao grupo. Em relação às dimensões propostas por Doise, não tomamos em conta nesta pesquisa o nível comportamental, introduzimos o nível emocional e distinguimos, ao nível das representações grupais, os estereótipos (representações cujo objecto são os traços de personalidade dos membros do grupo ou as «teorias implícitas de personalidade que partilham o conjunto dos membros de um grupo sobre o conjunto dos membros do outro grupo ou do seu próprio») (Leyens, 1983, p. 67) e as representações relativas aos objectos centrais na vida dos grupos, tomando como indicador desta dimensão os valores sociais percebidos como distintivos dos grupos. Por sua vez, o conceito de atitude é aqui definido como a categorização de um objecto numa dimensão avaliativa (Zanna e Rempel, 1988), e considera-se a atitude como uma variável dependente do nível de identificação ou rejeição de um grupo e da valência das emoções e representações sociais a ele associadas.

No quadro dos pressupostos enunciados, formulamos as hipóteses seguintes: (a) o favoritismo pelo endogrupo ocorrerá não apenas ao nível das emoções e dos estereótipos, mas também ao nível dos valores percebidos como distintivos dos grupos; (b) quanto mais forte for a saliência de um grupo enquanto objecto de identificação ou objecto de rejeição, mais acentuada será a valência atribuída às emoções, aos estereótipos e aos valores associados a esse grupo; (c) a atitude face a um endogrupo ou a um exogrupo será determi-

nada não apenas pelo nível de identificação com um grupo, pela valência das emoções e dos estereótipos a ele associados, mas também pela valência dos valores grupais. Além destas hipóteses, avalia-se ainda um modelo específico sobre as inter-relações entre o conjunto de variáveis estudado.

1.1. MÉTODO

Sujeitos

108 sujeitos, estudantes de sociologia em Lisboa, participaram nesta pesquisa.

Procedimento e variáveis

Os sujeitos eram convidados a participar numa pesquisa sobre a percepção de grupos sociais. Na primeira parte do questionário pedia-se para pensarem num grupo relativamente ao qual pudessem afirmar «pertencço a este grupo» e num outro grupo relativamente ao qual pudessem afirmar «não pertencço a este grupo». Além disso, pedia-se aos sujeitos para escolherem grupos que considerassem que se opunham mutuamente, dando como exemplo o Benfica *versus* o Sporting. Deste modo, visava-se criar uma relação de diferenciação ou conflito implícito endogrupo/exogrupo.

Na segunda parte do questionário os sujeitos respondiam a questões sobre o endogrupo escolhido (identificação, atitude, estereótipos, emoções, valores) e sobre o exogrupo. A ordem dos estímulos (endogrupo, exogrupo) e dimensões (estereótipos, emoções, valores) foi controlada. As medidas de identificação/rejeição e a medida da atitude eram sempre as primeiras medidas apresentadas, quer relativamente ao endogrupo, quer relativamente ao exogrupo.

Medida de identificação com o endogrupo e de rejeição do exogrupo

A identificação com o endogrupo foi medida numa escala de quatro pontos: 1 — «pertencço a este grupo, mas isso não tem nenhuma importância para mim»; 4 — «pertencço a este grupo e isso é muito importante para mim». A rejeição do exogrupo era avaliada do mesmo modo: 1 — «não pertencço a este grupo, mas isso não tem para mim nenhuma importância»; 4 — «não pertencço a este grupo e isso é muito importante para mim». Estas escalas foram utilizadas e validadas no decurso de diversas pesquisas anteriores (Monteiro *et al.*, 1994).

Medida da atitude

A fim de medir a atitude face ao endogrupo e ao exogrupo, os sujeitos avaliavam os grupos numa escala que variava entre -50 (totalmente desfavorável) e +50 (totalmente favorável).

Medida dos estereótipos

Os estereótipos foram recolhidos pedindo aos sujeitos para escreverem os traços ou características que definissem melhor um membro típico do endo-grupo («um membro típico do grupo... é...»). Trata-se, assim, de respostas abertas. Após terem completado esta tarefa, os sujeitos avaliavam cada traço numa escala que ia de -2 (muito negativo) a $+2$ (muito positivo). Esta última medida permitiu o cálculo da valência dos estereótipos (média dos *scores* dos traços). Este procedimento foi igualmente seguido para o exogrupo escolhido.

Medida das emoções

Pedia-se aos sujeitos para pensarem nos sentimentos e emoções que sentem quando pensam numa pessoa do grupo escolhido ou rejeitado («um membro típico do grupo... faz-me sentir...»). Os sujeitos escreviam as emoções que lhes ocorriam. Tal como para os estereótipos, os sujeitos deveriam a seguir avaliar as emoções (-2 a $+2$).

Medida dos valores grupais

Os respondentes escreviam os valores sociais e os objectivos de vida que os membros do grupo defendem ou se propõem atingir («os membros típicos do grupo... defendem ou pretendem atingir...»). Neste caso também, os sujeitos avaliavam cada resposta (-2 a $+2$), o que permitiu calcular a valência dos valores e objectivos de vida atribuídos aos grupos. A liberdade, a felicidade, a segurança e a injustiça são exemplos de alguns valores mencionados pelos sujeitos.

1.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Grupos de identificação e de rejeição (endogrupos e exogrupos escolhidos)

Os grupos formados com base em categorias ideológicas, de estatuto de estudante ou de jovem são os mais frequentes. Os sujeitos que escolheram grupos afiliativos (10), como, por exemplo, a família e os amigos, assim como grupos classificados como «outros» (9), foram excluídos das análises que se seguem. Excluimos ainda 6 sujeitos cujas respostas ao questionário estavam muito incompletas. As análises apresentadas compreendem, assim, apenas 83 sujeitos.

Frequência das categorias grupais escolhidas

[QUADRO N.º 1]

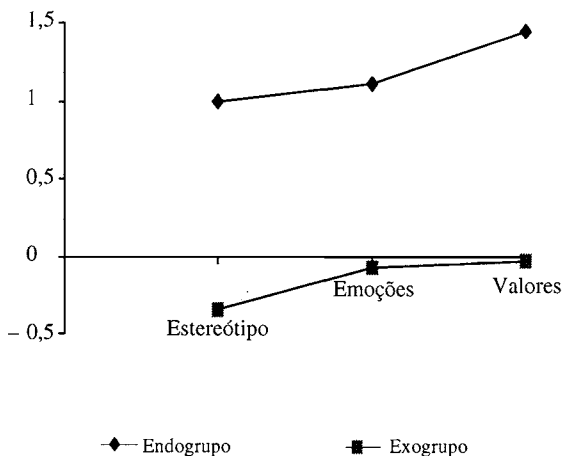
Tipo de categorias	<i>n</i>	Percentagem
Ideológicas	25	24
Afiliativas	10	9
Estudantes ou jovens	31	29
Profissionais	3	3
Género	7	6
Classe e estatuto social	10	9
Região/nação	11	10
Raça	2	2
Outras	9	8
<i>Total</i>	108	100

b) A valência das emoções, estereótipos e valores grupais

Foi realizada uma ANOVA 2 (tipo de grupo: endogrupo, exogrupo) $\times$ 3 (dimensão: estereótipos, emoções, valores), sendo as valências a variável dependente. Os dois factores são factores *within*. Os resultados obtidos mostram um efeito principal do grupo: $F(1,82) = 115,80$, $p = 0,000$; e um efeito principal da dimensão: $F(2,164) = 14,60$, $p = 0,000$. O efeito do tipo de grupo indica, de acordo com a primeira hipótese, uma diferenciação positiva do endogrupo. O efeito da dimensão indica que os julgamentos dos estereótipos são menos polarizados.

Valências dos estereótipos, emoções e valores

[FIGURA N.º 1]



c) *O impacto da identificação com o endogrupo e da rejeição do exogrupo sobre as dimensões da percepção dos grupos*

A fim de analisar o impacto da identificação com o endogrupo e da rejeição do exogrupo sobre as três dimensões da percepção dos grupos, calcularam-se as correlações entre as valências das emoções, dos estereótipos e dos valores atribuídos ao endogrupo e ao exogrupo com a identificação, com o endogrupo e com a rejeição do exogrupo.

Os resultados apresentados no quadro n.º 2 mostram uma significativa correlação entre a identificação com o endogrupo, os valores grupais e as emoções associadas a esse mesmo grupo. Contudo, no que respeita aos estereótipos, esta correlação não é significativa.

Por outro lado, a correlação entre a identificação com o endogrupo e as valências dos valores, das emoções e dos estereótipos atribuídos ao exogrupo permite constatar que a identificação está apenas correlacionada com os estereótipos do exogrupo. Isso poderá querer dizer que estamos mais inclinados a atribuir estereótipos negativos aos membros do exogrupo do que estereótipos positivos aos membros do endogrupo.

Vejamus agora as correlações que respeitam à rejeição do exogrupo. Quanto mais os sujeitos rejeitam o exogrupo, mais avaliam negativamente os valores, os estereótipos e as emoções que a ele associam. Contudo, a rejeição do exogrupo não está correlacionada senão com a valência dos valores do endogrupo. Quer dizer que os valores do endogrupo se tornam objecto de uma valência mais elevada do que as outras dimensões quando a rejeição do exogrupo é mais acentuada. É, de facto, plausível que, quando a ameaça do exogrupo é percebida como saliente, os valores do endogrupo se tornem mais salientes (Zanna *et al.*, 1990).

Correlações entre o nível de identificação com o endogrupo, o nível de rejeição do exogrupo e as dimensões de percepção dos grupos

[QUADRO N.º 2]

Identificação/rejeição (alvo) (dimensões)	Identificação com o endogrupo		Rejeição do exogrupo	
	Dimensões na percepção do endogrupo	Dimensões na percepção do exogrupo	Dimensões na percepção do exogrupo	Dimensões na percepção do endogrupo
Emoções	(a) 0,22	- 0,04	(b) - 0,30	0,09
Valores	(b) 0,28	- 0,10	(b) - 0,39	(a) 0,22
Estereótipos	0,16	- 0,21	(b) - 0,43	0,12

(a) $p < 0,05$.

(b) $p < 0,01$.

d) As determinantes da atitude face ao endogrupo e face ao exogrupo

A fim de analisar o impacto das emoções, dos estereótipos e dos valores grupais na construção das atitudes face aos grupos, foram realizadas análises de regressão múltipla.

Numa primeira equação de regressão usaram-se como variáveis independentes apenas as emoções e os estereótipos, o que corresponde às variáveis estudadas mais frequentemente na pesquisa neste domínio. Na segunda equação de regressão foram acrescentados os valores grupais e na terceira os níveis de identificação com o endogrupo e de rejeição do exogrupo.

Os resultados apresentados no quadro n.º 3 mostram que, no caso da explicação da atitude face a um exogrupo, a introdução dos valores produz um aumento importante na variância explicada. Pelo contrário, no caso da atitude face a um endogrupo, o aumento da variância explicada produz-se apenas quando se introduz o nível de identificação.

**Explicação da atitude face a um endogrupo e face a um exogrupo
(análise de regressão múltipla)**

[QUADRO N.º 3]

Dimensões introduzidas na análise			
Grupo-alvo	Emoções, estereótipos	Emoções, estereótipos, valores	Emoções, estereótipos, valores, nível de identificação/rejeição
Endogrupo	0,17	0,17	0,41
Exogrupo	0,32	0,50	0,56

Os valores são de R² ajustados.

Se observarmos com mais atenção os resultados das duas últimas equações de regressão (quadro n.º 4), constataremos que elas não apoiam senão parcialmente a nossa terceira hipótese. Com efeito, o papel dos diferentes tipos de variáveis não é o mesmo no caso da percepção dos endogrupos e dos exogrupos. A atitude face a um endogrupo estrutura-se mais sobre as emoções e o nível de identificação. Estes resultados põem em causa a simetria dos processos subjacentes à génese das atitudes face ao endogrupo e ao exogrupo e mostram que os valores grupais são menos importantes na determinação da atitude face a um endogrupo do que face a um exogrupo.

**Explicação da atitude face a um endogrupo e face a um exogrupo
(análise de regressão múltipla)**

[QUADRO N.º 4]

	Endogrupo	Exogrupo
Emoções	0,31	0,05
Estereótipos	0,04	(a) 0,26
Valores	0,06	(a) 0,44
Identificação/rejeição	(a) 0,51	(a) 0,26
R2	0,41	0,56

(a) $p = 0,00$.

e) Relações causais entre as dimensões de percepção dos grupos sociais

Neste ponto propomo-nos analisar uma hipótese causal sobre as relações entre as dimensões de percepção de grupos estudadas. Esta hipótese é a seguinte: a atitude face a um endogrupo ou a um exogrupo será determinada directamente pelo grau de identificação/rejeição e pela valência das emoções; a valência das emoções será determinada pelas valências dos estereótipos e dos valores; as valências dos estereótipos e das emoções serão determinadas pelo grau de identificação/rejeição do grupo. Esta hipótese tem subjacentes os seguintes pressupostos teóricos, paralelos aos que enunciámos no início deste trabalho: as atitudes face a um grupo estruturam-se sobretudo a partir de processos afectivos e emocionais (grau de identificação/rejeição e emoções); as dimensões cognitivas (estereótipos e valores) da representação de um grupo não estão na origem da identificação/rejeição do grupo, mas são o resultado desse processo e do processo de categorização que o antecede; as emoções relativas a um grupo são reguladas pela atribuição de sentido (valências dos valores e dos estereótipos) de que esse grupo é objecto.

A fim de analisarmos esta hipótese realizámos um «análise de caminho» (*path analysis*) com base no programa *Lisrel 8*. Esta técnica de análise estatística permite testar a plausibilidade de relações causais entre variáveis em condições não experimentais e pode ser aplicada a variáveis observadas e a variáveis latentes, bem como a modelos recursivos e não recursivos (Joreskog e Sorbom, 1993; Caetano, 1996). A partir da matriz de co-variâncias entre variáveis, a «análise de caminho» verifica a adequação entre um modelo hipotético e as relações entre variáveis realmente observadas. O modelo que se testa aqui é um modelo recursivo e não inclui variáveis latentes.

No quadro n.º 5 são apresentados, para o endogrupo e o exogrupo, os resultados relativos aos dois índices normalmente utilizados para testar a adequação de um modelo aos dados. Começamos por comentar os resultados relativos ao endogrupo.

Como pode observar-se no quadro n.º 5, para o endogrupo, o modelo nulo não se ajusta aos dados e o modelo proposto revela-se adequado (o χ^2 não é

significativo e o índice de ajustamento é bastante elevado). Na figura n.º 2 estão representados os coeficientes *path* e as variâncias não standardizadas dos erros (os erros são os valores em itálico). Todos os coeficientes *path* são significativos ($p < 0,05$). Por outro lado, a variância explicada é bastante aceitável no caso das emoções (19%) e no caso da atitude (34%), embora seja reduzida no caso dos valores (6%) e no caso dos estereótipos (7%).

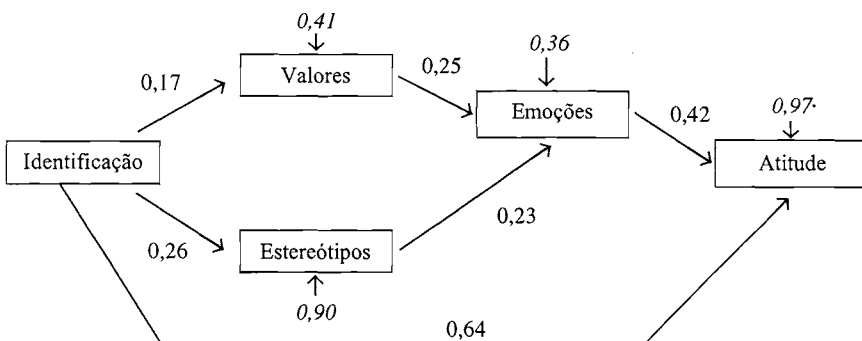
Índices de ajustamento do modelo

[QUADRO N.º 5]

Modelo proposto: <i>endogrupo</i>	$\chi^2=4,06$; g. l.=4; $p=0,40$	Índice de ajustamento: (GFI) 0,98
Modelo nulo	$\chi^2=70,1$; g. l.=10; $p=0,000$	
Modelo proposto: <i>exogrupo</i>	$\chi^2=55,1$; g. l.=4; $p=0,00$	Índice de ajustamento: (GFI) 0,79
Modelo nulo	$\chi^2=143,3$; g. l.=10; $p=0,000$	

Análise de caminho (*path analysis*)

[FIGURA N.º 2]



Se o modelo proposto é muito plausível para o caso do endogrupo, não o é para o caso do exogrupo. Se olharmos para o quadro n.º 5, verificaremos que, neste caso, o modelo não se adequa aos dados: o χ^2 é significativo e o índice de ajustamento é baixo. Assim, e tal como já se verificara em resultados anteriormente apresentados, estes resultados sugerem que os mecanismos de percepção do exogrupo não são homólogos dos que subjazem à percepção do endogrupo.

Em síntese, os resultados desta pesquisa mostram que a activação contextual de uma dimensão da identidade social suscita uma avaliação positiva do endogrupo não apenas ao nível dos estereótipos e das emoções, mas também ao nível dos valores grupais. Deve, sobretudo, sublinhar-se que os valores percebidos como valores do exogrupo explicam mais a atitude face ao exogrupo do que os estereótipos e que a identificação com o endogrupo está

mais correlacionada com os valores grupais atribuídos ao endogrupo do que com os estereótipos que lhe são atribuídos. Esta pesquisa partia da hipótese de uma certa homologia entre estereótipos e valores, considerados como duas dimensões analíticas das RS polémicas. Os resultados obtidos mostram que tal não é o caso, e os valores parecem ter um maior peso no debate entre os grupos do que os estereótipos.

Contudo, é apenas no caso da percepção do exogrupo que os valores são o melhor preditor da atitude. Os valores grupais, estando presentes na percepção do endogrupo, são mais salientes na percepção do exogrupo. No quadro dos problemas abordados por esta pesquisa, os resultados poderão indicar que as RS partilhadas por um grupo, pelo menos na dimensão enunciada pelos valores, se estruturam em larga medida a partir das RS atribuídas a um exogrupo. Elas seriam reguladas mais por uma estratégia de diferenciação do que por princípios de coerência interna. Ou, dito de outra forma: «não sei bem quais são os valores do meu grupo, mas sei bem quais os valores dos grupos que rejeito».

Finalmente, estes resultados mostram não apenas que os estereótipos e os valores não serão sempre representações homólogas, mas também que os mecanismos de percepção do endogrupo não serão sempre homólogos dos do exogrupo: o nível emocional parece mais saliente na percepção do endogrupo do que na percepção do exogrupo. De facto, Brewer (1993) e Marques *et al.* (1992), ainda que em contextos diversos, tinham já sublinhado que os aspectos motivacionais e emocionais estão mais presentes nos julgamentos sobre o endogrupo.

2. SEGUNDA PESQUISA: PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES INTERGRUPAIS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS POLÉMICAS E EMANCIPADAS

Como mencionámos acima, esta segunda pesquisa inscreve-se na continuação da precedente e visa analisar a hipótese segundo a qual a valência das representações grupais depende do modo como os membros de um grupo percebem a natureza das suas relações com o exogrupo (interdependência positiva ou negativa).

A pesquisa precedente permitiu-nos ilustrar os elos entre a ancoragem das RS polémicas e as identidades sociais, assim como o papel deste tipo particular de representações sociais na formação de atitudes intergrupais. Nesta pesquisa, e na continuidade dos resultados precedentes, levanta-se uma nova questão. Se as representações sociais polémicas estão por definição ancoradas nas relações antagónicas entre grupos, quando essas relações são percebidas como de interdependência positiva, deve observar-se uma menor diferenciação entre as representações grupais sobre grupos em interacção, permitindo, assim, a formação de representações emancipadas, quer dizer, de representações que emergem da cooperação entre grupos (Moscovici, 1988).

Deste modo, quando as relações entre um endogrupo e um exogrupo são percebidas como sendo caracterizadas pela cooperação, as representações atribuídas ao exogrupo deverão ser objecto de uma valência mais positiva do que nas situações em que essas relações são percebidas como antagonicas. A percepção da natureza das relações entre grupos guiará, portanto, a construção da informação sobre o endogrupo e o exogrupo.

Esta hipótese decorre das pesquisas sobre o favoritismo intragrupal que puseram em evidência que este favoritismo muda correlativamente com a mudança das relações entre grupos. Com efeito, seja no quadro da teoria dos conflitos realistas (Sherif, 1966), seja no quadro da teoria da interdependência (Rabbie *et al.*, 1989; Correia, 1995), seja ainda no quadro das teorias da identidade social (Tajfel, 1972; Turner *et al.*, 1987) ou da diferenciação categorial (Doise, 1976), diversas pesquisas mostraram que o favoritismo intragrupo, ao nível comportamental ou ao nível dos estereótipos, diminuía quando a percepção de interdependência negativa diminuía.

2.1. MÉTODO

Sujeitos

Esta pesquisa foi realizada junto de 96 estudantes de gestão de duas universidades privadas de Lisboa.

Procedimento e variáveis

O questionário é semelhante ao da pesquisa anterior. Contudo, os sujeitos não foram aqui questionados sobre as emoções relativas ao endogrupo e ao exogrupo. Além disso, os inquiridos deveriam escolher grupos de identificação unicamente nos domínios ideológicos e de pertença nacional (clivagens intranacionais e internacionais). Os domínios de categorização escolhidos pelos sujeitos são apresentados no quadro n.º 6.

Para conhecer as percepções dos sujeitos sobre a natureza das relações entre endogrupo e exogrupo (interdependência positiva e interdependência negativa), os sujeitos deveriam escolher uma de entre as duas frases seguintes: «os interesses dos grupos que escolhi são conflituais, os objectivos de um opõem-se aos objectivos do outro» ($n = 31$); «os interesses dos grupos que escolhi são complementares, cooperando atingirão melhor os seus objectivos» ($n = 62$). As outras medidas foram já apresentadas na pesquisa precedente.

2.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Grupos de identificação e grupos de rejeição (endogrupos e exogrupos escolhidos)

22 Seguindo as instruções, os sujeitos escolheram grupos no domínio ideológico e das clivagens nacionais e internacionais (quadro n.º 6). A fim de

controlar a saliência dos grupos escolhidos pelos sujeitos, foram colocadas duas questões: «acredita que nas mesmas circunstâncias uma outra pessoa, como você, teria escolhido o grupo que você escolheu?» (1– muito improvável; 7– muito provável); «as pessoas que não fazem parte do grupo que escolheu falam sobre o seu grupo?» (1– nunca; 7– muito frequentemente). A resposta à primeira questão é um indicador da saliência intragrupal das categorias escolhidas ($M = 3,2$; $s = 1,38$) e a resposta à segunda questão indica uma percepção da saliência intergrupai das categorias escolhidas ($M = 4,37$; $s = 1,91$). Verificámos, assim, que os grupos escolhidos são percebidos como salientes dos pontos de vista interno e externo ao grupo.

Frequência das categorias grupais escolhidas

[QUADRO N.º 6]

Categorias	Porcentagem	n
Ideológicas — campo político	33,3	32
Ideológicas — campo religioso	26,0	25
Intranacionais	18,8	18
Internacionais	21,9	21
<i>Total</i>	100,0	96

b) Percepções da interdependência e valência das representações grupais

Foi realizada uma ANOVA 2 (tipo de grupo: endogrupo, exogrupo) $\times$ 2 (dimensão: estereótipos, valores grupais) $\times$ 2 (natureza das relações: interdependência positiva, interdependência negativa). As valências dos estereótipos e dos valores são as variáveis dependentes. Os dois primeiros factores são factores *within* e o terceiro factor é um factor *between*. Os resultados são apresentados no quadro n.º 6. Foi obtido um efeito principal da dimensão: $F(1,89) = 28,1$, $p = 0,000$. Este efeito indica uma valência mais positiva dos julgamentos sobre os valores grupais do que sobre os estereótipos. Foram obtidos igualmente efeitos principais da natureza das relações entre grupos: $F(1,89) = 5,36$, $p = 0,02$; e do tipo de grupo: $F(1,89) = 187,0$, $p = 0,000$. Estes efeitos são qualificados por uma interacção entre estas duas variáveis: $F(1,89) = 18,0$, $p = 0,000$. Constata-se, assim, que quer ao nível dos estereótipos, quer ao nível dos valores grupais, a valência do endogrupo é menos positiva ($M = 1,09$) e a valência do exogrupo é menos negativa ($M = 0,07$) na condição de interdependência positiva do que na condição de interdependência negativa ($M = 1,36$ e $M = 0,85$, respectivamente). Ou seja, o favoritismo intragrupal manifesta-se mais claramente na condição de interdependência negativa do que na condição de interdependência positiva (figura n.º 3).

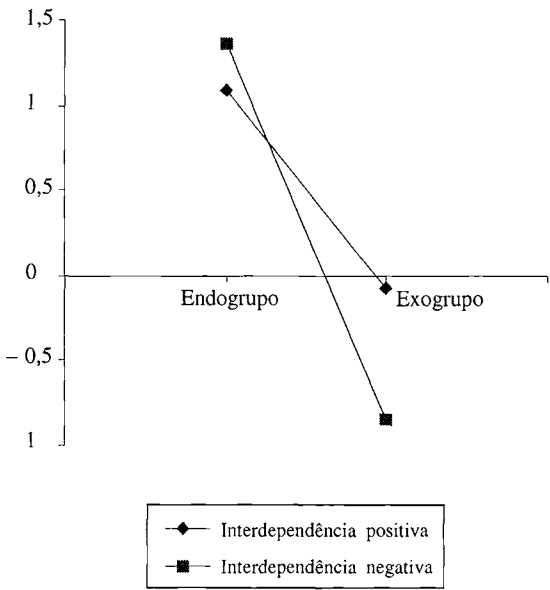
Médias das valências dos estereótipos e dos valores grupais em função da natureza percebida das relações entre grupos

[QUADRO N.º 7]

Dimensões	Endogrupo		Exogrupo	
	Interdependência negativa	Interdependência positiva	Interdependência negativa	Interdependência positiva
Estereótipos	1,20	0,84	- 1,07	- 0,32
Valores grupais	1,51	1,35	- 0,64	0,19

Valências médias em função do grupo e da interdependência

[FIGURA N.º 3]



Estes resultados mostram que a percepção das relações de interdependência positiva diminuem a distância entre as valências das representações percebidas como definidoras do endogrupo e do exogrupo. Neste sentido, podemos supor que a percepção da interdependência positiva entre os grupos diminui a possibilidade de desenvolvimento de representações polémicas e abre caminho à emergência de representações emancipadas, por definição associadas à comunicação cooperativa. Contudo, deve salientar-se que o favoritismo intragrupal se mantém mesmo na condição de interdependência positiva.

3. CONCLUSÕES GERAIS

As pesquisas apresentadas foram conduzidas no quadro de uma análise da ancoragem das representações sociais e com o objectivo de ilustrar a articulação entre identidades sociais, relações entre grupos e representações sociais. A análise desta articulação pode tomar diversas direcções: o estudo do impacto das representações sociais da estrutura social na criação de categorias identitárias; o estudo do papel das identidades sociais na criação de redes de comunicação onde as RS são aprendidas e transformadas; o estudo do papel das identificações contextuais na actualização contextual das representações sociais sobre um mesmo objecto. Os dois primeiros objectivos são de ordem mais estrutural, o último remete para a dimensão flutuante, dependente da situação, das construções simbólicas. Tendo embora em conta o carácter contextual das dimensões de identificação que os sujeitos interrogados escolheram, as pesquisas apresentadas situam-se sobretudo no quadro do segundo destes dois objectivos.

Os resultados apresentados na primeira pesquisa mostram que a activação de uma dimensão da identidade social, num contexto em que se salienta a diferenciação intergrupar, desencadeia avaliações mais positivas do endogrupo do que do exogrupo, não apenas ao nível dos estereótipos e das emoções, o que já foi mostrado diversas vezes, mas também ao nível dos valores. Faz assim sentido pensar que contextos de diferenciação ou conflito implícito ou explícito suscitam a activação de RS polémicas dos grupos sobre os grupos em interacção. Mais especificamente, os valores sociais, enquanto indicadores de uma das dimensões das representações sociais dos grupos sobre os grupos, parecem particularmente importantes na construção da atitude face ao exogrupo e o nível de identificação com o endogrupo parece ser um preditor importante da valência destas representações. Note-se, contudo, que os resultados sugerem que os julgamentos sobre o endogrupo se estruturam mais a partir das emoções, ao passo que os julgamentos sobre o exogrupo relevam mais das dimensões cognitivas. Este resultado merece ser examinado no sentido de se saber se as RS atribuídas ao endogrupo não serão sobretudo reguladas por princípios de diferenciação face ao exogrupo e menos por princípios de coerência interna do endogrupo. Por outro lado, e uma vez que na primeira pesquisa os estereótipos e os valores não parecem preencher as mesmas funções, o que não sucede na segunda pesquisa, é importante saber como é que estas duas dimensões das RS sobre os grupos se articulam, assim como saber como se alimentam mutuamente ou se dissociam. Por outras palavras, dever-se-ão questionar os processos psicossociais que sustentam a continuidade ou a ruptura entre estes dois níveis de produção simbólica dos grupos, tendo em vista a compreensão de dimensões

novas dos conflitos intergrupais e da dinâmica do processo de ancoragem das RS polémicas ou RS emancipadas.

Se os valores distintivos de um grupo parecem ser objecto do mesmo favoritismo intragrupal que se observa ao nível dos estereótipos, a percepção das relações entre grupos, enquanto relações de interdependência positiva, deve então conduzir a uma menor distintividade positiva dos valores do endogrupo e a uma desvalorização menos acentuada dos valores do exogrupo. Os resultados da segunda pesquisa apoiam esta hipótese e mostram que a percepção da interdependência positiva abre o caminho para a construção de representações emancipadas.

Uma vez que o papel dos valores e dos objectivos de vida foi constatado na percepção do endogrupo e do exogrupo, os resultados apresentados convidam ao desenvolvimento de pesquisas sobre o papel desta dimensão das RS, que têm os grupos como objecto, na discriminação intergrupar. Ou seja, o investimento até agora realizado com vista à compreensão do funcionamento e mudança dos estereótipos, enquanto mediadores de conflitos intergrupais e manifestações de discriminação, deve ser seguido de um investimento equivalente para estudar as representações que os grupos desenvolvem sobre os valores grupais ou sobre os objectos suscitados pela sua «razão de ser». Por exemplo, quando se discute a presença de muçulmanos na Europa, não são os atributos de personalidade ou as aptidões ou competências sociais desse grupo, quer dizer os estereótipos, que são objecto de polémica, mas as representações atribuídas a esse grupo sobre objectos como a democracia, o laicismo de Estado, a liberdade religiosa, a educação, etc. No contexto de uma norma social que apela à suspensão dos julgamentos a partir de estereótipos (Yzerbyt, Schadron, Leyens e Rocher, 1994), é provável que os indivíduos sejam hoje levados a julgar mais facilmente os grupos sociais a partir do momento em que pensam que dispõem de informação fiável sobre os valores que eles partilham. Neste sentido, é provável que as funções sociais que Tajfel (1982) atribuiu aos estereótipos (explicação, justificação, diferenciação social) sejam hoje em dia melhor preenchidas pelos valores e pelas normas grupais. Assim, esta pesquisa mostraria que os estereótipos não serão o único nem o melhor indicador das RS polémicas sobre os grupos, ou ainda que serão os valores, e não tanto os estereótipos, os lugares de criação de espaços de cooperação entre os grupos. Esta hipótese é apoiada pelas velhas distinções entre racismo «tradicional» e «simbólico» (Sears, 1988) ou pelas novas distinções entre racismo «flagrante» e «subtil» (Pettigrew e Meertens, 1995) ou ainda pela distinção entre preconceitos «antiquados» e «modernos» (Swim *et al.*, 1995). Todas estas distinções procuram mostrar que os valores estão na base da polémica entre grupos sociais, alimentam e justificam a discriminação social. Contudo, quando se torna saliente a interdependência positiva, os valores grupais podem tornar-se fonte de cooperação intergrupar.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, D., e M. Hogg (1990), *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, London Harvester.
- AMÂNCIO, L. (1993), *Toward an Articulation of Social Stereotypes and Social Representations*, comunicação apresentada no 4.º Congresso Nacional de Psicologia Social, Sevilha.
- AUGOSTINOS, M. (1991), «Consensual representations of social structure in different age groups», in *British Journal of Social Psychology*, 30, 193-205.
- BALES, R. (1950), *Interaction Process Analysis: A Model for the Study of Small Groups*, Chicago, University of Chicago Press.
- BEAUVOIS, J. L., e N. Dubois (1988), «The norm of internality in the explanation of psychological events», in *European Journal of Social Psychology*, 18, 299-316.
- BOURHIS, R., e J. Ph. Leyens (eds.) (1994), *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*, Bruxelas, Mardaga.
- BREAKWELL, G. (1993), «Integrating paradigms, methodological implications», in G. Breakwell e D. Canter (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, Oxford, Oxford Pub.
- BREWER, M. (1993), «Social identity, distinctiveness, and in-group homogeneity», in *Social Cognition*, 11, 150-164.
- BROWN, R. (1988), *Group Processes*, Londres, Basil Blackwell.
- BRUNER, J. (1957), «On perceptual readiness», in *Psychological Review*, 64, 132-152.
- CAETANO, A. (1996), *Avaliação de Desempenho: Metáforas, Conceitos e Práticas*, Lisboa, Fórum RH.
- CONDOR, S., R. Brown e J. Williams (1987), «Social identification and intergroup behaviour», in *The Quarterly Journal of Social Affairs*, 3, 299-317.
- CORNEILLE, O., e J. Ph. Leyens (1994), «Catégories, catégorisation sociale et essentialisme psychologique», in R. Bourhis e J. Ph. Leyens (eds.), *Stéréotypes, discrimination et relations entre groupes*, Bruxelas, Mardaga.
- CORREIA, I. (1995), «Relações entre grupos e influência social: o impacto da categorização e da interdependência» (aceite para publicação em *Psicologia*).
- DERIDDER e R. Tripathi (1992), *Norm Violation and Intergroup Relations*, Oxford, Oxford Pub.
- DEUTSCH, M. (1949), «A theory of cooperation and competition», in *Human Relations*, 2, 129-152.
- DI GIACOMO, J. P. (1980), «Intergroup rejections within a protest movement», in *European Journal of Social Psychology*, 10, 329-344.
- DOISE, W. (1976), *L'Articulation psychosociologique et les relations intergroupes*, Bruxelas, De Boeck.
- DOISE, W. (1985), «Les représentations sociales: définition d'un concept et études empiriques», in *Connexions*, 243-253.
- DOISE, W. (1993), *Logiques sociales dans le raisonnement*, Delachaux et Niestlé, Lausana.
- DURKHEIM, E (1898), «Représentations individuelles et représentations collectives», in *Revue de métaphysique et morale*, 6, 273-302.
- ECHEBARRIA, A., E. Guede, C. Guillen e J. Valencia (1992), «Social representations of drugs, causal judgement and social perceptions», in *European Journal of Social Psychology*, 22, 73-84.
- HADDOCK, G., e M. Zanna (1994), «The limited role of trait-laden stereotypes in predicting attitudes toward native peoples», in *British Journal of Social Psychology*, 33, 83-106.
- INSKO, Ch., e W. Sroebe (1989), «Stereotype, prejudice and discrimination: changing conceptions in theory and research», in D. Bar-Tal (ed.), *Stereotyping and Prejudice*, Londres, Springer-Verlag.
- JODELET, D. (1989), *Folies et représentations sociales*, Paris, PUF.

- JORESOG, K., e D. Sorbom (1993), *LISREL 8: Structural Equation Modeling with the SIMPLIS Command Language*, Chicago, Scientific Software.
- LEYENS, J. Ph. (1983), *Sommes-nous tous des psychologues?*, Bruxelles, Mardaga.
- LEYENS, J. Ph., V. Yzerbyt e J. Schadrin (1996), *Stéréotypes et cognition sociale*, Bruxelles, Mardaga.
- LIMA, L. (1995), *Cognitive Adaptation and Social Identities in Seismic Risk Perception*, comunicação apresentada no «Annual Meeting on Risk Analysis and Management in a Global Economy», Society for Risk Analysis, Estugarda.
- MARQUES, J., E. Robalo e S. Rocha (1992), «Endogroupe bias and the black sheep effect: assessing the impact of social identification and perceived variability on group judgements», in *European Journal of Social Psychology*, 22, 331-352.
- MARTIN, M. (1954), «Some subjective aspects of social stratification», in D. Glass (ed.), *Social Mobility in Britain*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- MILWARD, L. J. (1995), «Contextualizing social identity in considerations of what it means to be a nurse», in *European Journal of Social Psychology*, 25, 303-324.
- MORALES, J. (ed.) (1949), *Psicologia Social*, Madrid, McGraw Hill.
- MOSCOVICI, S. (1961/1976), *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1988), «Notes towards a description of social representations», in *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- OSSOWSKI, S. (1959), *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Routledge.
- PETTINGREW, T., e R. Meertens (1995), «Subtle and blatant prejudice in western Europe», in *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-76.
- POESCHEL, G. (1994), *Catégorisation sociale et représentations sociales de l'intelligence*, manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto.
- RABBIE, J., J. Schot e L. Visser (1989), «Social identity theory: a conceptual and empirical critique from the perspective of a behavioural interaction model», in *European Journal of Social Psychology*, 19, 171-202.
- ROCCAS, S., e S. Schwartz (1993), «Effects of intergroup similarity on intergroup relations», in *European Journal of Social Psychology*, 23, 581-595.
- ROKEACH, M. (1960), *The Open and Closed Mind*, Nova Iorque, Basic Books.
- SEARS, D. (1988), «Symbolic racism», in P. Katz e D. Taylor (eds.), *Eliminating Racism*, Nova Iorque, Plenum.
- SHAW, M. (1976), *Group Dynamics*, Nova Iorque, McGraw Hill.
- SHERIF, M. (1966), *In Common Predicament. Social Psychology of Intergroup Conflict and Cooperation*, Boston, Mifflin.
- SWIM, J., K. Aikin, W. Hall e B. Hunter (1995), «Sexism and racism: old-fashioned and modern prejudices», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 199-214.
- TAJFEL, H., e J. Turner (1986), «An integrative theory of social conflict», in W. Austin e S. Worchel (eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*, Chicago, Nelson Hall.
- TAJFEL, H. (1972), «La catégorisation sociale», in S. Moscovici (ed.), *Introduction à la psychologie sociale*, Paris, PUF.
- TAJFEL, H. (1982), *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, vols. I e II, Lisboa, Livros Horizonte.
- TURNER, J., A. Hoog, P. Oakes, S. Reicher e M. Wetherell (1987), *Rediscovering The Social Group. A Self-Categorization Theory*, Oxford, Blackwell.
- VALA, J. (1989), «Identities sociales et représentations du pouvoir», in *Revue internationale de psychologie sociale*, 3, 451-470.
- VALA, J. (1992), *Towards an Articulation of Social Identity and Social Representations*, comunicação apresentada na 1st International Conference on Social Representations, Ravello.
- VALA, J. (1993), «Representações sociais», in J. Vala e M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- VALA, J., e L. Amâncio (1995), «Identities and frontiers of the scientific community», in J. C. Jesuino (ed.), *A Comunidade Científica Portuguesa*, Celta, Lisboa.
- WAGNER, W. (1995), «Social representations, group affiliation, and projection: knowing the limits of validity», in *European Journal of Social Psychology*, 25, 125-140.
- WAGNER, W., e F. Elejabarrieta (1994), «Representaciones sociales», in F. Morales (ed.), *Psicología Social*, Madrid, McGraw Hill.
- YZERBIT, V., G. Schadron e J. Ph. Leyens (1994), «Social judgeability: the impact of meta-informational cues in the use of stereotypes», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 48-55.
- ZANNA, M., G. Haddock e V. Esses (1990), *The Nature of Prejudice*, comunicação apresentada na Nags Head Conference on Stereotypes and Intergroup Relations.
- ZANNA, M., e J. Rempel (1988), «Attitudes: a new look at an old concept», in D. Bar-Tal e A. Kruglanski (eds.), *The Social Psychology of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press.